

Bancos credores avaliam queda

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Quando se pergunta a integrantes do comitê assessor de bancos para o país que efeito a queda no valor dos títulos da dívida brasileira tem sobre a renegociação, as respostas variam, mas não muito, como se pode ver pela avaliação feita ontem para este jornal por três deles.

"É difícil dizer a que ponto", disse um deles, que representa um grande banco dos EUA no comitê que renegocia a dívida do Brasil com a equipe de Pedro Malan. "Talvez tenha alguma influência, sim, do mesmo modo que uma boa notícia, como um acordo do País com o Fundo Monetário Internacional (FMI), também pode ter influência", explica.

O segundo banqueiro, representante de um banco fora dos EUA no comitê, discorda. "Não creio que terá influência", argumenta. "É necessário distinguir os dois processos. A

negociação de ativos da dívida no mercado secundário é algo que pode mudar em horas. A renegociação do principal da dívida de médio e longo prazo, que estamos fazendo, é algo suposto para durar vários anos. O enfoque é diferente."

E o terceiro, outro representante de um grande banco dos EUA, segue na linha das diferenças. "O mercado secundário leva em conta a posição do banco num país em certo momento, as circunstâncias internas e externas ao papel. Além disso, o mercado é muito estreito, sofre impactos excessivos com pequenas variações, e talvez seja ainda imaturo", avalia.

Para o banqueiro fora dos EUA nesta pequena mostra do comitê assessor, ademais, os operadores do mercado secundário "estão fazendo uma grosseira desvalorização do título da dívida brasileira". Ele atribui o equívoco a dois fatores. Um é a tradicional

venda de títulos dos países menos desenvolvidos pelos bancos credores no último trimestre do ano, que limpa seus portfólios mas ajuda a deprimir os preços.

Outro é a composição dos operadores desse mercado. "São jovens com relativamente pequena experiência em relação a esses países", podera. "No comitê assessor, as pessoas têm pelo menos cinco anos, às vezes dez, quinze anos de contatos com o Brasil. Então nós estamos mais acostumados às subidas e descidas do País."

Ele reconhece que, desta vez, "a situação talvez pareça um pouco mais complicada". E, por isso, "não sei se eu também não estaria nervoso se estivesse sentado sobre um monte de títulos da dívida do Brasil, tendo que eventualmente realizar prejuízos".

O segundo representante de banco dos EUA nota ainda que, embora a situação no Brasil seja complicada, "isso se deve basicamente ao descontrole interno e não à dívida externa". Seu ponto para provar a tese tem alguma significação estatística: "O serviço da dívida externa do México, depois do Plano Brady, caiu para 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O do Chile representa 6%, o peso no caso do Brasil, contudo, é de cerca de 1,9% agora, antes de qualquer Plano Brady. O custo dos bancos nesse total é de 0,8%. Não é difícil você convencer um banqueiro de que o problema do País está na dívida externa?", indaga.

São pontos que continuam na mesa quando a renegociação for retomada, aparentemente no meio de novembro. A equipe do Banco Central e do Ministério da Economia que começou a conversar ontem com

os advogados do Comitê Assessor de Bancos veio tratar de questões legais a respeito do futuro lançamento dos bônus (opção 1 e opção 2) de juros atrasados, referentes ao acordo do Brasil com os bancos em março último.

A impressão entre operadores no mercado secundário a respeito da situação interna do País é ainda menos animadora. A nova Newsletter do J.P. Morgan sobre o mercado, "Emerging Markets Update", nota que o FMI já avisou ao governo brasileiro que só faz um acordo com uma reforma fiscal, que o banco acredita virá apenas pelo final de novembro.

"Nessa ocasião", continua sua análise, "o impulso da inflação poderá ser tão forte que outro congelamento geral de preços pode se tornar necessário na virada do ano, a despeito dos recentes desmentidos veementes da equipe econômica".

Na Salomon Brothers, Joyce Chang está afiada juntando dados para o novo relatório do banco de investimentos sobre o País, que ela espera "ainda ter chances de se estabilizar". Em seu relatório anterior, no primeiro terço de outubro, ela previa uma nova desvalorização de 5% a 10% do cruzeiro ante o dólar se houvesse pressão da inflação.

Na última Newsletter do Manufacturers Hanover, "LDC Market Update", há o registro de "oferta abundante" do principal título da dívida externa do País, MYDFA, sigla para "instrumento de depósito do acordo multianual" de 1988, com a avaliação de que "a atenção agora vai se concentrar nos desdobramentos das negociações com os bancos e o FMI".